

***Permanências e mudanças no campo:
uma leitura sobre as transformações recentes no espaço
rural fluminense***

***Continuity and changes in the field:
a reading on the recent transformations in rural space fluminense***

Dr. Gláucio Jose Marafon¹

"O espaço agrário é um conjunto e, ao mesmo tempo, uma totalidade de objetos e ações". Milton Santos, 2002.

Resumo

A análise das atuais transformações no campo torna-se fundamental, pois o espaço rural, além de desempenhar as funções tradicionais de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais. Esse processo ocorre intensamente no estado do Rio de Janeiro, pois apresenta uma configuração territorial marcada pelo intenso processo de urbanização (o Rio de Janeiro é a unidade da federação que apresenta maior índice de população urbana entre os estados brasileiros). No território fluminense, encontramos eixos de urbanização que conectam a Região Metropolitana ao interior e a outros Estados. Os fluxos que circulam nesses eixos geram implicações socioeconômicas no espaço rural e, entre elas, destacamos as novas funções e atividades desempenhadas pelos produtores rurais, que além da produção agropecuária, exercem outras atividades não-agrícolas, como prestação de serviços e atividades industriais na busca da complementação da renda familiar (unidade familiar de produção pluriativa). Esse processo ocorre de forma diferenciada no território fluminense, destacando-se as atividades associadas ao turismo e à indústria na Região Serrana Fluminense e as atividades de exploração de petróleo na Bacia de Campos, no litoral norte do estado. Destarte, o objetivo central desse trabalho é o de analisar as permanências e mudanças em curso no espaço rural fluminense e que vêm mudando as formas, as funções e a estrutura de vastas áreas de nosso Estado.

Palavras-chave: Espaço rural; espaço rural fluminense; permanências e mudanças no campo

Abstract

Analyzing current changes in the rural areas has become crucial because in addition to their traditional functions such as providing urban areas with both workforce and raw material and consuming products made in the cities, they are becoming more and more a place for non-agricultural activities such as industrial production and tourism-related services focused on natural landscapes. This is occurring intensely in Rio de Janeiro, a state whose territorial configuration is marked by a strong urbanization process, besides having the highest rate of urban population in Brazil. One finds out in Rio de Janeiro territory axes of urbanization connecting the metropolitan area with the countryside and other states. The flow circulating in these axes have socioeconomic implications for rural areas. An example is the non-agricultural and non-farming activities that people are carrying out, especially service and industrial ones, which are being developed to complement their household income (pluriactive farm household). Such activities differ from region to region in the state. For instance, tourism and industrial activities are more common in the mountainous areas; petroleum exploration is a central activity in the Campos basin in the north coast. In this regard, this work aims chiefly to analyze what remains and what changes in the rural areas of Rio de Janeiro as well as what is transforming the ways, functions, and structure in some of its vast territory.

Keyword: rural area; Rio de Janeiro rural area; permanencies and changes in the rural area

¹ Instituto de Geografia. Universidad del Estado de Río de Janeiro. UERJ glaucio.marafon@pq.cnpq.br

Introdução

A análise das atuais transformações no campo brasileiro torna-se fundamental, pois, este espaço, além de desempenhar as funções tradicionais, de referência de permanência de atividades, de fornecer mão-de-obra e matérias primas para a cidade, e consumir seus produtos cidade, abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais e que remetem às mudanças em curso. Há que se destacar o contínuo processo de migração rural - urbano, pois as pessoas buscam sua inserção no mercado de trabalho e uma melhor qualidade de vida. O campo, além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço, no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, etc.

O espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que correspondem ao espaço de produção agrícola, fruto da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura, ou como denomina Elias (2007, p.50) "a difusão do agronegócio globalizado explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a urbanização em diferentes áreas do país". Por outro lado, o espaço rural da produção familiar é fortemente marcado pelas atividades não agrícolas, que valorizam o patrimônio natural e histórico. Essas práticas constituem uma produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio, cujo objetivo é construir novas bases agroecológicas e sustentáveis que incentivem o fluxo de pessoas oriundas da cidade, sejam turistas ou residentes, em busca de tranquilidade e qualidade de vida.

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização, temos novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam suas estratégias de sobrevivência. Há também muitos sujeitos sociais como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra e a sua luta pelo acesso à terra. Tais sujeitos materializam no espaço rural, com o seu trabalho, uma

ampla diversidade de objetos, elementos e situações que tornam esse espaço bastante complexo

Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, que, muitas vezes, desempenham atividades que não são propriamente agrícolas. Tal fato decorre do desenvolvimento tecnológico que proporcionou melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. O espaço rural torna-se mais complexo, pois além das atividades agrícolas passa a sediar inúmeras outras atividades não agrícolas. Em outras bases, as novas relações campo-cidade alteram a vida e o trabalho, influenciando, por sua vez, a atuação dos movimentos sociais do campo que lutam pelo acesso à terra no país.

A complexidade do espaço rural é decorrente das profundas transformações ocorridas recentemente, e elas são responsáveis pela subordinação desse espaço aos interesses da cidade. Busca-se, então, compreender essas relações e como os movimentos sociais presentes no campo estabelecem estratégias, nas suas relações com o Estado, para que um maior número de trabalhadores rurais passem à condição de produtores rurais. Propomos, neste artigo, desvendar algumas características presentes no espaço rural brasileiro e mais especificamente as permanências e transformações que alteraram as relações campo cidade no espaço rural fluminense.

Espaço Rural: Um espaço complexo e híbrido

Inicialmente, é importante assinalar a dificuldade que encontramos, na atualidade, de trabalhar com a noção do que seria o espaço rural e isso pode ser constatado no grande número de trabalhos que procuram refletir sobre as relações campo-cidade no Brasil contemporâneo.

Muitas vezes, esses trabalhos geram polêmicas em virtude, sobretudo, de uma abordagem restrita à legislação que determina o que é urbano no Brasil. São as municipalidades, por meio da lei municipal, que, na realidade, determinam seu perímetro urbano; conseqüentemente, o espaço rural surge por exclusão. Assim, tudo o que não é urbano é considerado rural. Todavia, devemos pensar o espaço rural com sua complexidade atual em um mundo globalizado, que apresenta uma perspectiva transescalar (local, regional, nacional e internacional) dos fenômenos e, devido às conquistas tecnológicas cada vez mais intensas há significativas transformações no

território. O papel da ciência e da informação é significativo para entender também o setor agropecuário na atualidade. Pensar o espaço rural requer uma reflexão consistente, a partir da Geografia e de seus conceitos fundamentais, aliados a um conhecimento empírico da realidade (o papel dos trabalhos de campo em geografia). Isso requer pensar com rigor teórico-metodológico as transformações que estão em curso no espaço rural brasileiro.

Nesse sentido, precisamos, em primeiro lugar, explicitar o que entendemos por espaço rural a fim de balizarmos as discussões sobre as transformações em curso no campo brasileiro, fortemente marcado pelo agronegócio de bases modernas e biotecnológicas e pela produção familiar, com sua enorme gama de variações no território brasileiro, seja pelos níveis tecnológicos diferenciados, pelas estratégias de sobrevivência para se manter no campo ou pela força dos movimentos sociais na luta pelo acesso à terra.

Face ao exposto nos perguntamos, qual imagem vem a nossa mente quando pensamos em espaço rural, espaço de produção agrícola e pecuária, florestas, campos, espaço de turismo, de segunda residência, áreas menos modernas ou mais modernas? Quais os problemas associados ao espaço rural?

Michel Woods (2005) sinaliza a existência de quatro amplas abordagens utilizadas para caracterizar o espaço rural. A primeira delas remete à descrição, para a distinção geográfica entre áreas urbanas e rurais, baseando-se nas características socioespaciais, expressas por meio de dados estatísticos; a segunda, está atrelada aos aspectos socioculturais e procura identificar os territórios rurais por meio de tais características, com a distinção entre os aspectos das sociedades urbanas e rurais; a terceira, considera o rural como lugar, ou seja, em como as estruturas locais interagem com os processos econômicos e sociais globais; e, por fim, o rural é tomado como representação social, que privilegia, na abordagem, os símbolos, ou seja, os sinais e imagens pessoais que surgem quando os indivíduos pensam sobre o rural.

A ruralidade aparece como um estado de espírito, como uma identificação com o espaço rural. O rural não está apenas associado às estatísticas, ele é caracterizado pelas pessoas que nele vivem e pelo modo como elas se sentem habitando nesse espaço. Dessa forma, o rural emerge como um espaço híbrido, que apresenta um complexo jogo de inter-relações com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo. No campo, são inúmeras as interações espaciais e redes geográficas, formadas pelas

empresas que integram os complexos agroindustriais, compostos por atores heterogêneos, como empresas, produtores rurais, turistas. Esses atores encontram-se associados a uma gama variada de caminhos, sobretudo com a valorização do patrimônio natural, histórico ou cultural.

Se admitirmos a possibilidade, no período atual, do hibridismo para a caracterização do espaço rural, devemos tentar elencar algumas de suas características. De acordo com Kayser (1996), Diry (2004), Woods (2005) e Ferrão (2000), o espaço rural apresenta baixa densidade populacional, predomínio da atividade agrosilvopastoril (produção agropecuária e florestal), modo de vida de seus habitantes caracterizados pelo pertencimento às coletividades e uma identidade fortemente marcada pela cultura camponesa.

Porém, essas não são as únicas características presentes nesse espaço, temos as atividades não agrícolas e ligadas à indústria, comércio e serviços, próximas às aglomerações urbanas.

Devemos também ponderar sobre o papel do meio natural, o papel da técnica, da herança histórica e da tradição e sobre o papel das grandes corporações, que articulam o local e o global. Portanto, é necessário analisar quais são suas funções e como agem as grandes empresas em nível global e como suas estratégias globais são estabelecidas localmente.

Concordamos com Jean (2007), quando afirma que, na atualidade, o espaço rural não se reduz unicamente à atividade agrícola. A agricultura não corresponde ao foco estruturante do espaço rural, pois este apresenta novas relações como, por exemplo, o crescimento do contingente populacional em busca de vantagens comparativas, seja por meio de empregos não agrícolas (vinculados ao setor industrial ou de serviços), seja na busca de espaços residenciais. Assim, o espaço rural de uma função predominantemente agrícola passa a apresentar outras funções. Para Jean (2007), assistimos ao renascimento do rural e de suas várias funções, também, no espaço rural brasileiro.

Deste modo, ao falarmos de rural e de transformações em curso, estamos necessariamente, nos referindo ao processo de urbanização (das ocupações não-agrícolas, da expansão do consumo, da acessibilidade). Estamos identificando em grande medida os espaços de lazer, da produção industrial e de “ processos de produção

de valores simbólicos” (REIS, 2001, p. 7). Ao estudar Portugal, esse autor aponta como principais transformações a maior urbanização, o cosmopolitismo dos comportamentos e a intensa relação com os mercados de trabalho.

Concordamos com Reis (2001, p. 12) quando afirma que,

parece claro que as mudanças no meio rural e a maior territorialização das práticas socioeconômicas comportam uma mais intensa relação das práticas socioeconômicas comportam uma mais intensa relação quer com políticas públicas, quer com agentes externos (que seguem essas políticas). Esta dupla abertura do espaço rural (a que lhe é trazida por agentes externos que o procuram segundo novos interesses e novas lucratividades e a que resulta da própria metamorfose dos agentes originariamente locais) é com certeza o grande traço de novidade para o que aí vem. Resta, pois, continuar a observar de que modo abertura e mudança geram novas mudanças.

Destarte, como caracterizar o espaço rural brasileiro em suas múltiplas funções, com atividades agrícolas e não agrícolas? Podemos iniciar caracterizando o campo brasileiro a partir de suas grandes marcas como os complexos agroindustriais, a produção familiar, a luta pela terra e com a análise de como se estabelecem as relações com a cidade.

A expansão dos complexos agroindustriais (CAIs) do agronegócio ocorreu devido à incorporação de vastas extensões de terra, com a utilização de tecnologia, da mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação. Os complexos agroindustriais foram formados a partir da introdução da lógica capitalista no campo, capaz de transformar a produção agrícola em agronegócio (industrialização da agricultura).

Foram incorporados ao processo produtivo, tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas, cuja produção foi orientada para uma demanda de origem urbana e industrial. Esse é o caso da produção de soja, laranja, café, cana de açúcar, entre outros produtos. As noções de complexo agroindustrial, em suas conexões e interações espaciais, formam uma rede que possibilita a produção em bases modernas, pois, na atualidade, as empresas estabelecem conexões no território, de forma a atuarem em todas as áreas de produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Nesse processo de expansão dos complexos agroindustriais no território brasileiro, não podemos subestimar o papel do Estado no financiamento da produção de pesquisa e para a implantação de uma logística no território, que permitiu a realização e circulação da produção. Como afirma Moreira (2005), a noção de complexo agroindustrial estimula a

fusão campo-cidade, pois os setores econômicos compõem um único complexo, reorientando a divisão territorial do trabalho.

Assim, a produção agrícola brasileira destinada, principalmente, ao mercado externo e integrada às grandes empresas internacionais foi-se expandindo, beneficiada pelas linhas de crédito, e ocupando grandes áreas de terra, uma forma imposta de gestão de produção e comercialização de alimentos em escala mundial. Conforme afirma Achkar et al (2007), os territórios rurais foram sendo incorporados a uma divisão técnica do trabalho que resultou na concentração da terra e na implantação de monoculturas, com o uso intensivo do solo, recursos hídricos e genéticos, com perda da biodiversidade, com a homogeneização das paisagens rurais e com o desprezo dos sistemas agroalimentares locais.

Entretanto, além da produção moderna e integrada aos mercados globalizados, temos também a presença expressiva da produção de base familiar no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar.

Esse fenômeno é denominado pluriatividade. Ele se expandiu, entre outros fatores, devido à revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar. Acredita-se hoje que a pluriatividade pode elevar a renda no meio rural, diversificar as fontes de renda, contribuir para a geração de empregos e reduzir a migração campo – cidade.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, na atualidade, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação de áreas de lazer. O desenvolvimento de atividades turísticas está associado ao processo de urbanização e ao transbordamento do espaço urbano para o espaço rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Para esse autor, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas, destacam-se um conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc); moradias de segunda residência; atividades de

conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, pesque-pague etc.). Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas pela expansão do turismo rural.

Para Rua (2007), o espaço rural, há algum tempo, vem sendo percebido como terra mercadoria capaz de gerar outras mercadorias. Surgem novas territorialidades resultantes da interação campo-cidade. Essa hibridez está presente nas diversas atividades que encontramos no campo e está associada às atividades rurais.

Ainda segundo o autor, existem duas vertentes da teoria social crítica que analisam as relações entre o urbano e o rural. Uma, procura trabalhar com a noção de urbanização do rural, com a incorporação do rural ao urbano, associada à idéia de um “continuum”, ou seja, haveria graus distintos de urbanização do território. Outra, que postula a urbanização no rural e entende a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo com a impactação do urbano.

Essas reflexões servem para pensar a relação campo – cidade, uma vez que legalmente a regulamentação do que é urbano no país está atrelada à legislação. Conforme mostram Correa, Correa e Gerardi (2001), o poder de decisão sobre o que é urbano reside na esfera municipal que, muitas vezes, impõe aos moradores do campo a cobrança de IPTU.

Nesse sentido, concordamos com Ferrão (2000) ao sinalizar que deveremos levar em consideração que o espaço rural não é somente agrícola. Rompe-se deliberadamente e explicitamente com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, reforçando assim a noção de hibridez do espaço rural.

A dimensão não-agrícola vem aumentando, muitas vezes, associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Dessa forma, há a mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer.

Assim, nós, que aprofundamos nossas investigações pelo viés do espaço rural, devemos pensá-lo como híbrido, com múltiplas funções, com a presença dos complexos agroindustriais, com a produção familiar, com as atividades não agrícolas, com agricultores e não agricultores, que interagem e criam conexões e interações espaciais. Esses sujeitos participam de redes complexas e imprimem uma marca ao espaço rural.

As fronteiras entre o urbano e rural ficam cada vez mais difusas e complementares. O grande desafio é o de investigar e contribuir com o debate sobre as transformações socioespaciais em curso no campo brasileiro. Um dos temas mais relevantes na questão agrária brasileira, na atualidade, corresponde à luta pela terra, às estratégias adotadas pelos movimentos sociais e sua expressão territorial no espaço rural, pois elas representam um grande contingente de trabalhadores rurais, residentes, posseiros, meeiros, por vezes, provenientes do meio urbano, que ao receber um pedaço de terra tornam-se pequenos produtores rurais sujeitos à mesma realidade da produção familiar no Brasil.

Nesse contexto, concordamos Monte-mór quando, ao questionar o urbano e o rural hoje, aponta o processo de

urbanização extensiva” “que reúne a extensão das condições gerais de produção e meios de consumo coletivo ao espaço como um todo – às cidades, ao campo e ao espaço regional – marcados por um processo de politização crescente do espaço social que tem seu nascedouro na cidade, mas que hoje para espanto de alguns e esperança de outros, redefine as relações sociais em todo o território (...) o que restou da cidade e do campo, assim como todos os espaços locais e regionais integrados pela urbanização extensiva, só podem ser entendidos dentro de um marco teórico crítico que abranja as diversidades, complexidades e multiplicidades das formas e processo socioespaciais contemporâneos. (2006, p. 24)

Assim, os limites entre esses espaços tornam-se imprecisos, mas complementares e como lembra Sposito (2006) não podemos nos esquecer “a amplitude dessa problemática” (p. 129). Destarte, o espaço rural mantém e recria a produção em bases modernas, com a difusão do agronegócio e com a incorporação de vastas áreas de produção, articuladas ao mercado global.

Nesse sentido, são redefinidas as relações campo x cidade em decorrência das cadeias produtivas inseridas no complexo agroindustrial, cuja dinâmica da produção encontra-se na cidade, no urbano. Como mudanças temos a incorporação ao circuito de reprodução do capital dos espaços destinados à produção de base familiar. Produtores parcialmente modernizados e que para a complementação da sua renda passam a se dedicar a outras

atividades; as não agrícolas, em decorrência da valorização dos patrimônios natural e histórico. As mudanças em curso indicam o surgimento de empregos não-agrícolas (industriais, comerciais e de serviços) com a expansão do fluxo de pessoas oriundas da cidade em função da procura desses espaços, que promovem atividades turísticas ou servem como áreas de segunda residência.

Verificam-se, na literatura sobre o campo brasileiro, inúmeros estudos que abordam os indicadores de industrialização da agricultura, a expansão no território brasileiro da produção, a importância econômica, etc., além das consequências que ficaram devido a esse processo: uma, a ambiental, como a degradação dos solos, poluição, etc., e outra de cunho social, que constata a concentração fundiária, a expulsão dos agricultores do campo, êxodo rural, urbanização, migrações, os movimentos sociais no campo, etc.. Em sua maioria, no entanto, esses estudos revelam uma visão setorial, de um processo que apenas privilegiou a transformação da base técnica da agricultura.

Na atualidade, com a (re)valorização da natureza, com o retorno de pessoas para as áreas rurais, esses territórios passaram a ser alvo de atenção e a merecer uma visão, não mais setorial, mas territorial. Ou seja, busca-se uma forma de promover o desenvolvimento sob uma ótica do território, para romper com a visão setorial dominante até então e com um perfil mais adequado ao período pós-fordista. Reafirma-se a revalorização de temas associados à produção familiar, à conservação do ambiente, às estratégias de sobrevivência dos produtores rurais (pluriatividade), à busca pelas múltiplas funções do espaço rural e à proliferação de atividades não-agrícolas.

Dessa forma, emerge com bastante força a abordagem territorial, que se reflete na literatura existente no meio acadêmico, mas, também, nas políticas públicas adotadas pelo Estado Brasileiro, cuja identificação dos territórios rurais para fins de concessão de créditos é um exemplo.

Para Guanzirolli (2008), as políticas públicas das últimas décadas mostram-se insuficientes e surge assim a chamada “abordagem territorial” com a constatação do peso da produção familiar responsável por 38,9 % do PIB agrícola, contando, porém com apenas 16% assistência técnica; 38% dos produtores possuem área inferior a 5 ha, 11 % recebem crédito e há uma enorme carência em saúde, educação, água encanada, eletrificação, etc. Face a essa constatação e de que isso não seria resolvido com a política setorial, a abordagem territorial foi uma das saídas pensadas para o

“desenvolvimento endógeno dos territórios rurais em desvantagem socioeconômica”. Para nós, essa abordagem, com enfoque no território também representa uma mudança e que tem orientado algumas políticas públicas para o espaço rural.

Esses processos ocorrem no estado do Rio de Janeiro, porém não com a mesma intensidade. Em função do seu alto grau de urbanização, dificuldades de mecanização de seus solos e expansão imobiliária em decorrência, sobretudo, das atividades turísticas, temos muito mais mudanças que permanências no espaço rural fluminense.

As permanências seguem o padrão brasileiro de concentração fundiária, precariedade nas relações de trabalho, conflitos pelo acesso a terra. Já as mudanças estão associadas à valorização do espaço rural com a presença crescente de pessoas oriundas da cidade em busca de áreas de lazer ou de segunda residência devido à valorização das terras e ao surgimento de atividades não agrícolas (em geral de baixa qualificação). Essas terras passam a ser ocupadas pelos integrantes das famílias de produtores rurais.

Permanências e mudanças no campo: transformações no espaço rural fluminense

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo polo industrial do Brasil, produz cerca de 71% do petróleo nacional, também é o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa assim como a olericultura, horticultura e produção de leite.

A sua paisagem natural é bastante diversificada, porém bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas pelo Estado. Corresponde ao Estado mais urbanizado do país, com 95% de sua população vivendo em áreas urbanas. De acordo com Rua (2007), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização, nos quais ocorre uma urbanização mais densa, percebemos assim uma redistribuição populacional e das atividades produtivas (Limonad, 1996).

O Estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do interior (MOREIRA, 2001). Segundo os resultados do Censo Demográfico 2000 (IBGE), aproximadamente 10.871.960 indivíduos residem nos limites da área metropolitana, correspondendo a 75,6% da população

estadual. Constituída por vinte municípios, a Região Metropolitana ainda se mantém como um marco polarizador de recursos (RIBEIRO, 2002).

Apesar da enorme concentração da população fluminense em sua Região Metropolitana, surgiram nos anos 1990 algumas mudanças em relação à dinâmica demográfica do Estado do Rio de Janeiro. A mais importante refere-se à simultaneidade de um movimento tendente à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do Estado, e de outro, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (SANTOS, 2003).

Apesar da expansão demográfica, nas bordas metropolitanas, manifestar-se desde, pelo menos, a década de 1950, esse movimento não implicou uma desconcentração da população em direção ao interior, resultando no aumento do número das cidades médias, que eram 10 em 1980, e passaram para 17 em 2000. Destas, 10 localizam-se fora da Região Metropolitana (SANTOS, 2003).

Rua (2002, p. 47-48) assinala que no Estado do Rio de Janeiro “prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização” e essa intensa urbanização marca intensamente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental, econômica, em que o significado dessa área urbana torna-se esmagador”.

O Interior Fluminense vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como orgânicos, ervas-finas, leite de cabra, trutas etc), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, *spas* e casas de segunda residência. A prática desse turismo rural segue, em boa medida, os eixos de urbanização apontados na Figura 1 e é uma prática alternativa ao turismo intenso que ocorre na Costa Fluminense (Costa Verde e do Sol).

No Quadro 1, temos um panorama da distribuição dos estabelecimentos agrícolas no Estado do Rio de Janeiro e constata-se que mais de 80% dos mesmos apresentam menos de 100 ha, o que imprime uma significativa importância à produção familiar e às estratégias que esses agricultores encontram para fazer frente à queda na renda agrícola e ao intenso processo de urbanização.

Quadro 1: Área dos estabelecimentos

Grupos de área total	Hectare	%	Unidades	%	Pessoas	%
Menos de 1 ha	2.540,090	0,13	3.657	8,66	14.399	8,30
1 a menos de 10 ha	95.515,270	3,95	15.499	36,71	55.852	32,05
10 a menos de 50 ha	376.853,451	15,59	14.229	33,70	48.662	27,93
50 a menos de 100 ha	305.116,586	12,62	3.962	9,38	16.861	9,67
100 a menos de 500 ha	935.189,563	38,70	4.221	9,99	27.993	16,06
500 a menos de 1.000 ha	326.783,917	13,52	456	1,08	5.955	3,41
1.000 menos de 10.000 ha	362.207,182	14,99	191	0,45	4.482	2,57
10.000 a menos de 100.000 ha	12.098,548	0,50	1	0,002	23	0,01
Total	2.416304,607	100	42.216	100	174.227	100

Área dos estabelecimentos (Ha), Número de estabelecimentos agropecuários (Unidade) e Pessoal ocupado (Pessoas) por Grupos de área total no estado do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1996.

De acordo com Ribeiro (2002, p. 21), apesar do estado do Rio de Janeiro apresentar baixos totais, em relação aos totais nacionais, quanto às variáveis: pessoal ocupado, valor da produção, quantidade colhida e modernização; o seu quadro agrário apresenta relevância e contrastes no âmbito estadual. Estes contrastes são decorrentes de uma agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, diante de outra de caráter moderno.

De um lado, produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, marcando o Cinturão Verde da metrópole, nos municípios integrantes das Regiões Serrana, Centro-Sul, e Noroeste Fluminense.

Os agricultores familiares, em grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e à falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do Estado do Rio de Janeiro (representam 11,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 67,7% dos mesmos), tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País.

Entretanto, após encerrar os ciclos fluminenses de exportação de açúcar, e café (respectivamente 1900-1930 e 1970-1980), a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a caracterizar-se pela falta de dinamismo das atividades agrárias nela desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do Estado apresentassem um nível de aproveitamento agrícola muito

inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, onde predomina a pecuária bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários – bastante numerosos – têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso dos pequenos proprietários fornecedores de leite às Cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale e Centro Sul Fluminense, os quais, embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração.

Em outros casos, como na Região Serrana, onde há o predomínio da produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como alternativa de fonte de renda pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc) nas casas de veraneio, nos hotéis e para as prefeituras da Região.

Constata-se que, em território fluminense, as transformações no espaço rural, como a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização, e que pode ser sintetizadas da seguinte forma (Figura N° 1): eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a Região da Bahia da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, na qual se destacam as atividades de turismo, que têm provocado imensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico.

Esta região concentra, em seu território, grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande), cidades históricas como Paraty. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e condomínios fechados provoca especulação imobiliária, expulsando os produtores familiares de suas terras. A eles, resta inserir-se no mercado de trabalho urbano ou dedicar-se à prática da agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito, assessorados por técnicos governamentais da Emater e IBAMA e exercerem atividades não-agrícolas, trabalhando nos hotéis e condomínio.

Outro eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol). Observa-se um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do Rio de Janeiro, provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que levou ao fracionamento da terra e à expulsão das atividades agropecuárias para a criação de loteamentos e condomínios.

A presença da Petrobrás em Macaé representa, na constatação de Rua (2002 p. 48), “uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial”.

Figura nº 1 - Eixos de maior densidade de urbanidades no estado do Rio de Janeiro.



Fuente: Organización Joao Rua.

Outro eixo de urbanização é o que ocorre no “topo da serra” (Rua, 2002) e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, que abastece a RMRJ. Apresenta também um tradicional e significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda

residência, hotéis-fazenda, pousadas, spas, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região.

Corresponde a uma área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área, ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiares, centrada em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra-familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam à mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate etc e apresentam baixo rendimento em suas atividades agrícolas.

Para a complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

O território que engloba as Regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta, como marca na paisagem, a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”, porém não apresenta interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico.

As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Área Metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás (e seus *royalties*), que proporciona empregos também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

Como permanências e mudanças associadas ao território fluminense, o já mencionado caráter intenso da urbanização e a expansão da metropolização auxiliaram a acirrar as particularidades e as singularidades presentes no espaço rural fluminense e a acirrar os

conflitos fundiários no estado. Devido à intensa urbanização muitos assentamentos estão localizados em área extramente urbanizadas e articulam atividades agrícolas e não-agrícolas, o que aponta para um rompimento da concepção limitada de assentamento utilizada na atualidade.

Temos assim um espaço rural em transformação, que na afirmação de Rua(2002, p. 24) encontra-se com a presença de “urbanidades no rural, que seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos”, mas que não se contrapõe à ruralidade, é entendida como “um modo particular de utilização do espaço e da vida social” (MOREIRA, 2005, p 21).

Considerações finais

No espaço rural, observam-se inúmeras atividades: as agrícolas, com a produção de matérias primas para indústria, a produção de alimentos, a presença de assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais; e as não agrícolas, como a localização de indústrias, a procura de áreas com a natureza preservada para a construção de residências, de hotéis e pousadas, que geram a necessidade de mão-de-obra e proporcionando a possibilidade de empregos e de aumento da renda familiar aos produtores rurais residentes. O aumento dessas atividades não agrícolas está associado à implementação, pelo poder público, da infra-estrutura de transporte e de comunicação, que permite a circulação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capital.

Uma das permanências no campo corresponde ao processo de modernização, industrialização e expansão dos complexos agroindustriais no Brasil. Vários indicadores refletem todo esse processo - número de máquinas agrícolas, uso de agrotóxicos, uso de sementes selecionadas, uso de combustíveis, concentração de terras, obtenção de lucros – e demonstram sua inserção no processo de globalização, pois a sua grande maioria é comercializada em escala global. Observa-se, no entanto, a manutenção dos problemas sociais e ambientais decorrentes desse processo, como a precarização das relações de trabalho, a exclusão do acesso à terra, a luta pela terra, o desgaste e perda de solos, a poluição das águas, etc.

A maior parte das mudanças corresponde ao espaço rural não incorpora a produção dos complexos agroindustriais e, em sua grande maioria, corresponde à produção familiar em pequena propriedade. É nesse espaço não incorporado ao modelo hegemônico que

ocorrem as maiores transformações, pois a procura por áreas que apresentam preservação da natureza e que podem ser transformados em áreas de lazer, com a construção de sítios de final de semana, hotéis e pousadas atraem populações das áreas urbanas e proporcionam empregos aos pequenos produtores rurais. Tal fato oferece-lhes a possibilidade de exercer outras atividades, que não somente as agrícolas. São nesses espaços que também ocorrem o incentivo às práticas agroecológicas e alternativas, em detrimento da forma de produção tradicionalmente efetuada nas médias e grandes propriedades. Esses locais correspondem ao espaço rural revalorizado em decorrência da natureza mais preservada e que se torna uma mercadoria a ser consumida pelas populações, sobretudo de origem urbana.

Permanece a concentração fundiária que provoca a exclusão de milhares de brasileiros da terra, fomentando os movimentos sociais no campo. Mudam as relações entre o campo e a cidade, com a subordinação do campo à cidade, porém, ambos se integram como espaços de consumo. Permanecem e mudam os espaços da produção em base familiar, pois como afirma Monte-mór (2006, p. 7) “os campos, por sua vez, tão diversos entre si, garantem diversidade dentro de suas homogeneidades extensivas e escalas de produção quando tomados de forma abrangente. Contêm também processos de competição e cooperação, mesmo gerenciados pelas cidades e limitados pela auto-suficiência relativos que mantêm”. A diversidade se encontra mais presente nas áreas de produção familiar, com a presença de inúmeros elementos (indústrias, serviços, pessoas oriundas da cidade, seja para lazer, seja como segunda residência), que associam atividades agrícolas e não agrícolas. Ao pequeno produtor descapitalizado sobra a alternativa de buscar outras fontes de renda em atividades não agrícolas.

Esse processo é intenso no território fluminense e encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização (RIBEIRO, 2002; RUA, 2002; SANTOS, 2003), que tem provocado profundas transformações socioespaciais. Entre elas, destacamos as atividades associadas ao turismo rural contemporâneo, com a proliferação de hotéis-fazenda, spas, pousadas, e casas de segunda residência, e a manutenção e até mesmo o aumento da produção familiar. Conforme constatou Seabra (2004), o Estado do Rio de Janeiro apresenta participação expressiva na comercialização agrícola a partir da CEASA-RJ, especialmente as hortaliças, cuja produção tem aumentado nos últimos anos, como verificado na Região Serrana Fluminense. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e consequentemente o aumento da renda familiar. Porém, esse processo ocorre nas áreas

dos eixos de urbanização e nas áreas próximas à RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades.

Espaço rural transforma-se em decorrência da valorização de seus aspectos naturais e a manutenção da produção agrícola familiar torna-se importante para a disseminação da imagem do espaço rural e natural vendido ao turista.

Referências

- Achkar, Marcel (2007). *Agronegocios. Nuevas modalidades de colonialismo em el cono sur de América Latina*. Montevideo:Redes.
- Correa, J. M., Correa; W y Gerardi, L. H. A. (2001). *Problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da Ilha de Santa Catarina*. Geografia, Vol N°. 26 (Ed.1), ps.37-58. Rio Claro: UNESP.
- Diry, Jean Paul (2004). *Lês espaces ruraux* (Ed. 2ª). Paris: Armand ColliN°. Disponible en www.armand-coliN°.com.
- Elias, Denise (2007). *O meio técnico-científico-informacional e a reorgaznização do espaço agrário nacional*, ps. 49-66. En Marafon, G., Rua, J. y Ribeiro, M.I. Â. (Org.) *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Ferrão, João (2000). *Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro*, Volumen 26, N°. 78. Santiago de Chile: EURE.
- Gonçalves, C. y Porto W. (2004). *Geografia da riqueza, fome e meio ambiente:pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais*. Volumen 1, N°. 1. Florianópolis: INTERthesis.
- Guanzaroli, Carlos Enrique. *Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: uma polêmica. Texto para discussão 233*. UFF/Economia. Março de 2008
- Graziano Da Silva, Jose (1998). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAP.
- Jean, Yves (2007). *Géographies de L"école rurale. Acteurs, réseaux, territoires*. Paris: Ophrys.
- Kayser, Bernard (1996). *Ils ont choisi la campagne*. Paris, France: l"Aube.
- Limonad, Ester. *Os Lugares da Urbanização – o caso do Interior Fluminense* (2005). Tese Doutorado em Geografia, , ps. 1-17. Sao Paulo: Universidade de São Paulo. Disponible en www.ub.es/geocrit/limonad.htm.
- Moreira, Roberto José (2005). *Ruralidades e Globalização: ensaiando uma interpretação*. En Moreira, R. J. (Org.) *Identidades Sociais: ruralidades no Brasil Contemporâneo*, ps. 15-40. Rio de Janeiro: DP&A.
- Moreira, Ruy (2001). *Uma Análise Crítica do Modelo de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*, ps. 127-132. En Moreira, R. et al. *Anais do Seminário*. Niterói: EDUFF.
- Monte-Mór, Roberto Luis (2006). *O que é urbano no mundo contemporâneo*. Texto para discussão n° 281, ps. 14. Belo Horizonte:UFMG/CEDEPLAR.
- Monte-Mór, Roberto Luis (2004). *A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo*. Presentado en II Seminário Internacional sobre desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul-RS, Brasil, 28/09 a 01/10 de 2004. CDRom.

- Olivera, D. B. S (2006). *Análise da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro a partir da política de assentamentos rurais: o Assentamento Mutirão da Conquista como estudo de caso*, pp. 114. Monografía Graduação em Geografia, IGEO – Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: UERJ.
- Reis, José (2001). *Observar a mudança: o papel dos estudos Rurais*. Conferência pronunciada en I Congresso de Estudos Rurais. Vila Real-Portugal.
- Ribeiro, Miguel A. (2002) *Considerações sobre o Espaço Fluminense: estrutura e transformações*. En Marafon, G. J. y Ribeiro, M. F (Org.). Estudos de Geografia Fluminense, Nº 208, ps. 13-26. Rio de Janeiro: UERJ.
- Rua, João (2007). *As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais*. En Marafon, G. J., Rua, João y Ribeiro, M. Á. (Org.) Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária, ps. 271-298. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Rua, João (2002). *Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro*. En Marafon, G. J.; Foeppe Ribeiro, M. (Org.). Estudos de Geografia Fluminense (Ed.1) Volumen 1, ps. 43-70. Rio de Janeiro: Infobook Ltda.
- Santos, A. M. S. P (2003). *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro* (Ed. 1), Volumen 1, pp. 228. Rio de Janeiro: FGV.
- Sposito, Maria Encarnação Beltrão (2006). *A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade*. En Sposito, M E. B. y Whitaker, A. M. (Org.) Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural, p. 111-130. São Paulo: Expressão Popular.
- Woods, Michael (2005). *Rural Geography*. London: SAGE.